



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES.

REQUERIMENTO Nº /2015

Requer a convocação de membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação dos Economiários Federais – Funcef.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição da República Federativa do Brasil e no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, dos dirigentes da Fundação dos Economiários Federais – Funcef abaixo relacionados.

1. Carlos Alberto Caser – Diretor-Presidente;
2. Maurício Marcellini Pereira – Diretor de Investimentos;
3. Regina Maria da Costa Britto Pereira – Presidente do Conselho Fiscal e
4. Joaquim Lima de Oliveira – Presidente do Conselho Deliberativo.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme amplamente noticiado pelos veículos de comunicação mais conceituados do Brasil, os fundos de previdência complementar dos empregados públicos – em especial dos funcionários da Caixa Econômica



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES.

Federal (Funcef), da Petrobras (Petros), dos Correios (Postalis) e do Banco do Brasil (Previ) – vêm acumulando grandes prejuízos em razão da má-gestão de seus recursos. Não se pode descartar de plano que os resultados negativos decorram de atos deliberados daqueles que ocupam postos de decisão em seus órgãos colegiados.

A insatisfação dos empregados da Caixa Econômica Federal com as sucessivas perdas amargadas pela Funcef culminaram em um pedido de afastamento da atual diretoria da entidade. Dados do próprio fundo dão conta de que o rombo em um de seus principais planos já chega a R\$ 5,5 bilhões (cinco bilhões e quinhentos milhões de reais).

Tendo em vista que, historicamente, os mencionados fundos de previdência apresentaram gestão hígida e, por conseguinte, boa saúde financeira, suscita-se a hipótese de que atos eivados de má-fé sejam em grande parte os causadores dos sucessivos prejuízos que vêm atualmente dilapidando o patrimônio consolidado pelas contribuições dos empregados públicos.

A fim de esclarecer a questão, indispensável se faz a oitiva dos atuais responsáveis pelos atos de gestão dos recursos da Fundação dos Economiários Federais – Funcef, motivo pelo qual apresentamos o presente requerimento e solicitamos o apoio dos demais membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito para vê-lo aprovado.

Sala da Comissão, de agosto de 2015.

Dep. Marcelo Aro
Líder do PHS